

O ciclo da violência e a memória de dor das mulheres usuárias do CRM/Canoas-RS

*Cycle of violence and painful memories of the users
of a Reference Center for Women/Canoas-RS*

Kellen Cristina Varisco Lazzari

*Doutoranda em memória social e bens
culturais, graduação em Direito.
kellenvl@hotmail.com*

Margarete Panerai Araújo

*Professora pesquisadora da Universidade La Salle, Programa
de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais.
margarete.araujo@unilasalle.edu.br*

01

Resumo

O presente artigo aborda a temática da violência de gênero por meio do ciclo da violência e das memórias de dor das usuárias de um Centro de Referência para Mulheres (CRM). O material empírico constituiu-se na realização de entrevistas com profundidade com quatro usuárias desse Centro na cidade de Canoas/RS, sendo que o material coletado foi organizado a partir da análise de conteúdo temática, que originou algumas categorias analíticas. Entre os resultados, destacam-se a crença das mulheres agredidas de que seus parceiros irão mudar, além da desconfiança do sistema jurídico e policial no sentido de auxiliá-las a romper com a violência. Ambos os fatores dificultam ainda mais a possibilidade de romper o ciclo da violência.

Palavras-chave: Violência de Gênero, Ciclo da Violência, Memória.

Abstract

This article approaches the topic of gender violence through the cycle of violence and painful memories of the users of a Reference Center for Women (CRM). Interviews were methodologically conducted with four users of CRM in the city of Canoas, RS. The empirical material was organized from the thematic content analysis that originated some analytical categories. Among the results, stands out the belief of beaten women that their partners are going to change, besides the mistrust of the police and the legal system in the sense of helping them break the violence. Both factors make it even more difficult the possibility of breaking the cycle of violence.

Keywords: Gender Violence; Cycle of Violence; Memory.

Introdução

A violência é um tema que aparece de forma rotineira e naturalizada, nos meios de comunicação. De igual forma, é possível verificar os efeitos dela e o impacto subjetivo que provoca na vida da população.

A cultura do medo e a ideia corriqueira da culpabilização da chamada “vítima” promovem mudanças nos hábitos e nas formas de vivenciar o mundo, em especial quando se trata de violência contra as mulheres.

Pode-se refletir que, após décadas de luta feministas – associadas às conquistas do movimento –, a violência contra as mulheres iria diminuir. De fato, nos dias atuais existe um acesso maior ao ensino superior, as mulheres trabalham e se sustentam bem como, aparentemente, há uma maior igualdade de gênero. Houve a criação de políticas públicas específicas de proteção, bem como a criação de leis que levam em conta a disparidade entre os gêneros. Contudo, os índices da violência seguem afirmando lugares já conhecidos.

Dessa maneira, o objetivo geral do artigo é analisar o ciclo da violência contra as mulheres, especialmente uma amostra de quatro usuárias do Centro de Referência para Mulheres Patrícia Esber (CRM), na cidade de Canoas (Rio Grande do Sul/Brasil). Pretende-se, inicialmente, destacar referenciais teóricos pertinentes à temática do artigo. A partir disso, tenciona-se efetuar uma reflexão sobre as memórias de dor das usuárias do serviço do Centro, procurando compreender o rompimento do ciclo da violência. De igual modo, procurar-se-á refletir sobre o uso do auxílio prestado nas suas estratégias de resistência ou de inovação no cuidado consigo.

O presente tema se justifica pelo fato de que a memória social de um grupo pode ser marcada por influências diversas. Ao partir do entendimento da memória como uma reconstrução, “um fenômeno construído social e individualmente. Quando se trata de memória herdada, pode-se dizer também que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p. 5). Dessa maneira, a partir dessas memórias herdadas que as mulheres adquiriram na família e no meio social em que vivem, é que deverá se definir a forma como elas se identificarão na sociedade e construirão sua identidade de gênero (GROSSI, 2010).

Scaffo e Farias (2012) levantam a ideia de que, talvez, a memória social seja mais uma fonte possível de promoção e manutenção da vio-

lência contra as mulheres, o que os autores denominam de transmissão geracional psíquica de papéis de gênero (TGPPG). Para tanto, usam o conceito de Halbwachs (1992, p. 21): “a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes”.

Esse artigo está dividido em seções: a introdução – aqui mostrada –, as reflexões sobre o tema, os aspectos metodológicos da pesquisa, a apresentação dos dados, a análise e discussão dos dados. Por fim as considerações finais e os referenciais utilizados.

1 Reflexões sobre o tema

As mulheres possuem poder e capacidade de resistir e romper com a violência que sofrem. Nesse sentido, ao refletir sobre o poder Foucault (1981, p. 183), afirma que “o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são alvos inertes e consentidos do poder, são sempre centros de transmissão”. A cultura é uma categoria essencial na análise e compreensão da violência contra as mulheres. Analisá-la implica, necessariamente, em integrar a categoria “gênero” – segundo Dias e Machado (2008) –, assim como em evitar e até rejeitar pensamentos dicotômicos, conforme Meyer (2003).

Para Meyer (2003) e Souza Filho (2017), gênero é uma construção cultural, ou seja, não há “inatismo” em relação às questões de gênero e sexualidade. Isto significa que uma parte dessa construção ocorre em processos de ensino-aprendizagem, pois considerar que “gênero” é construído implica em perceber que ele é relacional. Assim, é possível considerar que “gênero” não se produz no vazio, mas, sim, no cotidiano, conforme a raça, a etnia, a sexualidade, a religião, e a nacionalidade. De igual modo, pode-se considerar que “gênero” funciona como um organizador cultural, no qual todas as instituições e práticas culturais são marcadas por ele. Logo, ao focar o estudo da violência contra as mulheres como questão de gênero, entende-se que este processo con-

siste nos significados construídos culturalmente do que é masculino e feminino, assim como de suas diferenças. Sendo assim, trata-se de um conceito aberto, variável, conforme a sociedade em que se vive.

O termo “gênero”, segundo Giordani (2006, p. 99) pode ser compreendido como um instrumento que “facilita a percepção das desigualdades sociais e econômicas entre mulheres e homens, que se devem à discriminação histórica contra as mulheres”. Por esse ângulo, ao tratar sobre gênero, Scott apresenta que é:

Uma maneira de indicar as “construções sociais” - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres [...] é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1990, p. 21).

Dito de outra forma, o modo pelo qual essas diferenças entre os sexos são percebidas e vivenciadas é que origina as desigualdades entre homens e mulheres. Com base nessa assimetria entre os poderes da mulher e do homem, da preponderância do poder do homem, é que adviria o “direito” de agredi-la. Ideias essencialistas, ainda presentes no senso comum, contribuem para reforçar tais estereótipos.

Essas delimitações, construídas socialmente sobre a figura do homem e da mulher, foram passando de geração em geração e se tornaram verdades absolutas e naturalmente aceitas. Dessa forma, legitimou-se a relação de hierarquia do poder entre os gêneros. Para Grossi (1996, pp. 133 e 134), em face de tal realidade, desenvolvem-se concepções populares de que as mulheres “gostam de apanhar”, ou ainda de que “algo fizeram para merecerem isso”. Estas ideias negam a complexidade do problema e atribuem à violência um caráter individual, oriundo de aspectos específicos da personalidade feminina. De igual modo, evidencia-se a discriminação pela qual essas mulheres, vítimas de violência, sofrem: “não somente pelo o que elas são, como indivíduos, mas pelo

que elas se tornam enquanto pertencem a um grupo que foi estereotipado de forma negativa” segundo Grossi (1996, p. 135).

Catroga (2001) explica que há certa concordância de ideias sobre o papel da *anamnese* (memória) na construção de identidades pessoais e sociais. O autor também indica que a memória individual é formada pela coexistência de várias memórias em permanente construção, devido à constante mudança do presente em passado, e, entre essas memórias, cita como exemplo as pessoais, as familiares, as grupais, as regionais, e as nacionais. Afirma, ainda, que “a formação do eu de cada indivíduo será, assim, inseparável da maneira como ele se relaciona com os valores da(s) sociedade(s) e grupo(s) em que se situa e do modo como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso como projeto” (CATROGA, 2001, p. 20).

Constata-se que as mulheres foram perseguidas e maltratadas pelo fato de serem mulheres, diferentemente do que ocorreu com os homens que também foram reprimidos e subordinados, mas por razões externas e não simplesmente porque eram homens. Os jovens, enquanto jovens, eram reprimidos e subordinados, mas ao se transformarem em velhos, adquiriam status e passavam a ocupar postos importantes. [...]. O mesmo não sucedia com as mulheres, que se perpetuavam como seres subordinados (TELES; MELO, 2002, p. 30).

Em um breve levantamento da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM, 2016), no seu balanço, no 1º semestre de 2016 foram identificados 555.634 atendimentos, que em média contabilizaram 92.605 atendimentos/mês e 3.052 atendimentos/dia. Essa quantidade foi 52% superior ao número de atendimentos realizados no 1º semestre de 2015 (364.627).

Em relação ao mesmo período de 2015, a Central de Atendimento à Mulher constatou que houve um aumento de 142% nos registros de cárcere privado, com a média de dezoito registros/dia e de 147% nos casos

de estupro, com média de treze relatos/dia (SPM, 2016). Outro cômputo foi apontado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que reconheceu que a taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior no mundo.

Esses dados comprovam que a violência ainda existe, e em números altos: não desapareceu, ela “tornou-se apenas mais sutil. Por trás de um pacifismo, e até mesmo de um angelicalismo de fachada, permitimos que se perpetuem as maiores violências, por menor que seja seu âmbito, atingindo apenas os mais vulneráveis” (HIRIGOYEN, 2006, p. 09 e 10). O que se pode aventar é que, talvez, com a Lei Maria da Penha (LMP), a violência de gênero esteja sendo mais denunciada, e/ou ela, realmente, continua crescendo no Brasil. A violência de gênero “é uma manifestação das relações históricas de poder entre homens e mulheres, as quais têm levado à dominação e à discriminação das mulheres pelos homens e têm impedido o pleno avanço das mulheres” (CARRILLO, 1997, p. 9). Dentro desse contexto aqui apresentado, também se pode levar em conta as manifestações de relações de poder passadas de geração a geração, conforme Scaffo e Farias (2012).

Os primeiros especialistas a estudarem a violência conjugal, conforme ressaltava Hirigoyen (2006), assinalaram que esta se manifestou sob a forma de ciclos. Dessa forma, esse fenômeno foi composto por quatro fases, que se retroalimentam: a tensão; a agressão; o pedido de desculpas ou o apaziguamento; e, por fim, a reconciliação. Cunha (2007), por sua vez, inclui a expressão da “lua-de-mel” na quarta fase.

Na primeira fase, a violência acontece devido às preocupações que o agressor vive no seu dia a dia. Tudo o irrita, e ele tende a descarregar suas frustrações e tensões na companheira, responsabilizando-a por todos os seus problemas. Não recorre à violência física, mas cria um clima hostil e de perigo para a mulher. Podem ocorrer agressões verbais, ameaças, destruição de objetos.

No segundo ciclo, percebe-se a fase da agressão. O agressor utiliza a violência física e, a psicológica, que já ocorreu desde a primeira etapa. A violência física é resultado da tensão criada na primeira fase e inicia-se

de forma gradual, com empurrões, torções nos braços, tapas e, por conseguinte, socos e a utilização de armas brancas e de fogo (CUNHA, 2007).

O pedido de desculpas é a terceira etapa do ciclo. Consiste naquela em que o agressor, após extravasar suas tensões sobre sua mulher – por meio de violência física e psicológica – tende a minimizar seu comportamento agressivo ou mesmo a anulá-lo. Nesta etapa, o agressor utiliza de justificativas e de argumentos para explicar seu comportamento agressivo, como o excesso de bebida ou de trabalho, ou passa a culpar a vítima – tudo isso para que ele não se sinta culpado. O agressor tenta, dessa forma, eximir-se da responsabilidade pela violência que cometeu (CUNHA, 2007).

A quarta e última fase pode ser descrita como reconciliação, ou fase de “lua de mel”. Depois de ter passado por tensões, agressões físicas e os incontáveis pedidos de desculpas e promessas, inicia-se a etapa em que o marido se demonstra apaixonado. Carinhoso, ele seduz a parceira, que passa a crer que ele realmente mudou; retorna a esperança de um casamento sem violência. Hirigoyen (2006, p. 64), descreve que “infelizmente, isso serve apenas para manter essa esperança na mulher e aumentar, assim, seu nível de tolerância à agressão”.

Depois de instalada a violência, os ciclos podem se repetir, pois a continuidade é sua característica. Pode haver a ocorrência cada vez menor da fase da tensão e do apaziguamento, e, em contrapartida, maior e mais intensa a fase da agressão (CUNHA, 2007). Para Barnett (2000), a espera pela mudança do parceiro é a primeira das razões pelas quais as mulheres continuam com seus parceiros agressores. Já para Scaffo (2011, p. 120), a convivência ou aceitação da violência contra a mulher, em culturas como a brasileira, podem vir do fato de serem vistas e consideradas, ainda, “objetos de consumo das necessidades masculinas”, mesmo nos dias atuais, onde já atingiram lugares importantes na esfera pública, pois pensamentos assim ficam “presentificados pela memória individual e, sobretudo, coletiva” (SCAFFO, 2011, p. 114). Dentro do contexto apresentado até o momento, é apresentado, na seção seguinte, o método utilizado no levantamento de dados.

2 Aspectos Metodológicos da pesquisa

Ao pensar acerca de uma abordagem metodológica sensível à experiência das participantes desse estudo, foi encontrada, na pesquisa qualitativa, a orientação necessária. Buscou-se, com essa perspectiva, o “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2002, p. 21) acerca das situações de violência pelas quais algumas das usuárias do CRM Patrícia Esber passaram.

Para acessar tais conteúdos, foram utilizadas entrevistas abertas ou não diretivas (PÁDUA, 2004), do tipo “narrativo”. A experiência prévia obtida indicou que, por meio da narrativa em profundidade, as pessoas lembram-se do que lhes aconteceu, “colocam a experiência em uma sequência própria, particular, encontrando livremente explicações para os fatos vivenciados” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 91). A narrativa acaba por privilegiar a memória e organiza as experiências e os fatos para serem contados ou recontados, escritos ou reescritos dando significados únicos ou singulares junto a vivência prévia. Assim, a pesquisa empreendida neste artigo apoiou-se em Jovchelovitch e Bauer (2003), para organizar as entrevistas. Os autores orientam a dividi-la em quatro momentos: a iniciação, quando se apresenta o tópico inicial de modo claro ao entrevistado; a narração central, quando efetivamente ocorre narração do entrevistado; o questionamento, momento em que pode haver o questionamento a respeito de lacunas da narração ou dúvidas específicas do pesquisador; e a fala conclusiva, que, nos momentos posteriores ao encerramento da entrevista, ainda podem aparecer materiais significativos à investigação.

A sistematização e análise das informações envolveram, primeiro, a transcrição das entrevistas, segundo a aplicação da técnica de análise de conteúdo no material textual decorrente e, por último, a organização dos conteúdos a partir das categorias abordadas na discussão dos dados. Por intermédio desse tipo de análise, pôde-se encontrar, como lembra Minayo, (2002, p. 74) “as respostas para as questões formuladas e também se podem confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação”.

Quatro usuárias aceitaram participar do período da investigação e compareceram às entrevistas¹. Abaixo, seguem, de forma sintética, as narrações obtidas das histórias de vida e de violência. Os nomes utilizados para caracterizar as entrevistadas são fictícios, para que suas identidades fossem preservadas.

3 Apresentação dos Dados

3.1 Primeira História: Maria

Maria é uma mulher de 64 anos e possui dois filhos adultos. Foi o marido, de 67 anos, quem rompeu com o casamento, saindo de casa. Maria compara seu marido com uma personagem de novela, que abandonou a esposa para ficar com uma mulher bem mais nova, e afirma que essa mulher vai tirar tudo o que ele possui. Mais de uma vez, ele ofendeu Maria, chamou-a de vagabunda e isso, para ela, era a pior coisa que poderia existir. Preferia receber uma bofetada do que ser ofendida dessa maneira.

3.2 Segunda História: Joana

Joana tem 38 anos e uma filha de três anos, fruto desse relacionamento. Foi Joana quem decidiu sair de casa. No entanto, até isso acontecer, muitos episódios de violência fizeram parte de sua vida. Desde sempre sofreu violência e nunca pôde discordar de seu ex-marido, que a briga era certa.

3.3 Terceira História: Sílvia

Sílvia tem 48 anos e viu-se envolvida com o atual companheiro, de 70 anos, segundo ela, por precisar de dinheiro e por pressão dos amigos.

¹ A pesquisa que deu origem a este artigo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade La Salle, sob o parecer de número 291.210 e o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) sob número 15239513.3.0000.5307, cumprindo com todas as determinações propostas.

Desde o início, percebeu que havia algo de estranho no comportamento de seu marido: “ele gostava de aparecer com o dinheiro e se passava com as mulheres”. Flagrou seu companheiro tocando sua neta, de três anos, e teve pouco apoio de seus familiares próximos para denunciar o abuso sexual.

3.4 Quarta História: Marta

Marta tem 50 anos e duas filhas adultas. Foi casada por 33 anos, até o momento em que ela rompeu o casamento e saiu de casa. Casou muito nova, com a idade de 16 anos. O ciúme fez parte do seu casamento, a ponto de que a entrevistada entendia o ciúme como uma proteção. Hoje, pensa diferente e sabe que estava enganada, por entender que isso não era uma qualidade, mas sim um “defeito”.

4 Análise e discussão dos dados

Nesta seção, são apresentadas as seguintes categorias de análise que emergiram da análise de conteúdo: violência desde o início da relação; ciclo da violência; memórias do serviço prestado pelo Centro de Referência para Mulheres (CRM).

4.1 Violência desde o Início da Relação

Muitas mulheres não conseguem perceber no início, ou talvez nunca perceberão, que determinadas atitudes ou atos de seus companheiros ou maridos já são considerados atos de violência. Esse foi o caso de Marta, que via no ciúme do seu marido uma característica positiva, pois considerava como uma superproteção:

Mas, logo no começo, começou assim: o ciúme, uma superproteção que, até pouco tempo, eu achava que era uma qualidade dele, e, hoje em dia, eu percebo que essa superproteção era um grande defeito, era o que me reprimia, não me deixava expandir (RELATO DA ENTREVISTADA MARTA).

As quatro entrevistadas narraram que, desde o início da relação, havia violência. Violência essa retratada por meio do ciúme, traições, ou por não poder discordar das opiniões deles: “desde o início eu via que os comportamentos dele eram diferentes, ele não era aquela pessoa que eu esperava que ele fosse” (RELATO DA ENTREVISTADA SILVIA). “Desde que eu me casei a minha vida foi sempre assim, sempre, sempre” (RELATO DA ENTREVISTADA MARIA).

Ficou constatado, no caso das entrevistadas, que a agressão por parte dos maridos/companheiros se estabeleceu no começo da relação. Tal fato pode se caracterizar como uma forma de mostrar e manter o poder sobre a mulher: “A vida dela deve expressar a vida dele, seu corpo deve servir tão somente às necessidades daquele que a possui” segundo Barros, (2000, p. 145), justificando o comportamento errôneo e opressor do parceiro.

O pensamento machista, presente na cultura e na sociedade, reafirma o fato de que o homem deve ser o chefe de família, ou seja, prover e comandar a relação conjugal. Scott (1990), nesse sentido, pondera que questões de gênero são elementos constitutivos das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. A questão da desigualdade de gênero fica clara na fala da Joana, quando ela diz que: “aí um dia ele chegou duas horas da manhã, se arrumou, tomou banho e voltou, chegou era umas cinco e pouco de novo, quase seis horas da manhã e tudo eu tinha que ficar quieta, e não falar nada, porque, porque ele achava, assim, porque ele é o homem, ele pode, entendeu?” (RELATO DA ENTREVISTADA JOANA).

A violência, por parte do homem, geralmente começa de forma sutil. Ele pode começar demonstrando ciúme, ou, de forma um pouco mais incisiva, a intenção de controlar a mulher, como, por exemplo, aonde ela vai, o quanto ela diz. São exemplos de violência psicológica que já começaram a se instaurar na relação, fazendo com que as mulheres, aos poucos, percam a autoestima. Muitas mulheres têm dificuldade de identificar essa forma de violência, uma vez que, para muitas, a violência se confunde com superproteção. “A dificuldade de perceber as

violências psicológicas vem do fato de seu limite ser impreciso. É uma noção subjetiva [...]” (HIRIGOYEN, 2006, p.28).

Entretanto, lentamente as violências começam a aumentar. O que era sutil e funcionava no campo psicológico, passa a outro patamar. Segundo Hirigoyen, (2006, p. 27) “não há violência física sem que antes não tenha havido violência psicológica”. Dessa forma, as memórias de dor passam a ser vivenciadas. Portanto, com base na ligação, já referida no presente artigo, entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1992) e a partir dessas memórias herdadas – que as mulheres adquiriram na família e no meio social em que vivem – é que vão definir a forma como elas se identificarão na sociedade, como construirão sua identidade de gênero (GROSSI, 2010).

Não há nada que aprendemos no dia a dia que não seja produto da sociedade em que vivemos. [...] Pensar as identidades de gênero, significa também investigar as formas pelas quais nos construímos como sujeitos, que práticas que nos constituem e nos subjetivam (SILVA, s.a., p. 12).

Scaffo e Farias (2012) afirmam que a transmissão geracional psíquica de papéis de gênero (TGPPG) configura-se um processo que envolve afetividade em relação às normas de comportamento e influencia as gerações. Na mesma direção, Sorj (1992) refere-se ao gênero como um produto social – que é aprendido, representado, institucionalizado, e transmitido ao longo do tempo – e envolve a noção de que o poder é distribuído dentro da relação.

Portanto, de geração a geração é passada a crença de que mulher é propriedade do homem [...], protocolo cultural que explicita seu pertencimento, é possível que essa crença tome tal relevo no imaginário tanto masculino como feminino que lhe confirmam a ideia de imutabilidade acerca da representação da mulher como inferior, sendo esta representação terreno propício para o exer-

cício, do controle, autoritarismo e violência em suas diferentes modalidades (SCAFFO; FARIAS, 2012, p. 5).

Scaffo (2011), ao recorrer às palavras de Halbwachs – “as memórias subsistem porque fazem parte de um conjunto de valorações e acepções que são comuns a todos os membros do grupo [...]” – mostra que certo tipo de memória social, como o caso da violência contra as mulheres, pode se constituir “numa ferramenta de poder que visa a impedir as transformações individuais e ou coletivas necessárias à diminuição ou mesmo erradicação do uso da violência” (SCAFFO, 2011, p. 124 e 125). É possível falar de identidade nesse sentido,

[...] podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ele é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução (POLLAK, 1992, p. 5).

A identidade de cada um é constantemente reconstruída através de um esquecimento seletivo, que lhe permite segmentar, de maneira linear e objetiva, sua própria vida. “A memória é [...] sim a retenção afetiva e ‘quente’ do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo. E os seus elos com o esquecimento obrigam a que somente se possam recordar partes do que já passou. [...] só lembrando se pode explicar e compreender” (CATROGA, 2001, p. 20, 21 e 31).

Por conseguinte, a partir da violência sutil e, muitas vezes não percebida pelas mulheres, inicia-se uma escalada, tornando-se cada vez mais frequentes e intensas, caracterizando o que se chama ciclo da violência. Com base no exposto nessa seção, segue a outra categoria de análise.

4.2 *Ciclo da Violência*

Todas as entrevistadas passaram pelo ciclo da violência. As mulheres que foram ouvidas pela pesquisa mencionam agressões que se repetiam em seus relacionamentos, bem como que passavam por períodos de calma:

Uma vez instalada a violência, os ciclos se repetem, tal como uma espiral, que se vai acelerando no tempo e com uma intensidade crescente. À medida que o período de remissão diminui e o nível de tolerância da mulher aumenta; ela acaba considerando aquela violência normal ou até mesmo justificável (HIRIGOYEN, 2006, p. 64 e 65).

Na primeira etapa do ciclo, na fase da tensão, a mulher atribui a si a responsabilidade pela frustração e irritação do marido, e desenvolve, inconscientemente, um processo de autoacusação (CUNHA, 2007 e HIRIGOYEN, 2006). A entrevistada Marta pensou dessa maneira: “Não fazia bem 03 anos, tive a primeira filha, e a gente sempre brigava, mas eu tive a primeira filha, fui relevando, fui relevando, fui pensando: será que sou eu que tô errada” (RELATO DA ENTREVISTADA MARTA).

A etapa da agressão, que é a segunda fase do ciclo, sempre ocorre com todas as mulheres em situação de violência. Elas podem passar por todos os tipos de agressões: xingamentos, físicas (leves ou graves), e psicológicas. Segundo Cunha (2007), esta é a violência psicológica, que sempre acontece, é inevitável e já está instalada desde a primeira fase. Para Hirigoyen (2006, p. 27) “muitas das vítimas dizem que é a forma de abuso mais difícil de aguentar no quadro da vida de um casal”.

A violência psicológica pode ser considerada como a mais perversa, entre os outros tipos de violência, ocorrida no âmbito doméstico, em decorrência das marcas irremediáveis que deixa, perdurando por muito tempo ou, às vezes, por toda a vida, desta mulher que a sofre (SOUZA e CASSAB, 2010, p. 04).

Esse tipo de violência apareceu nos depoimentos de todas as entrevistadas, sendo que, em três delas com um peso muito grande, como sendo pior do que qualquer outro tipo. Segundo Souza e Cassab (2010), a violência psicológica pode ser mais cruel do que a física. A fala da Maria foi a mais impactante a nosso ver, e a mais explícita de todas.

Ele me chama de vagabunda, de tudo quanto é coisa. Olha, a pior coisa que tem é chamar a gente de uma coisa que a gente não é. Eu prefiro que me dê uma bofetada, e não me ofenda assim, como ele me ofende (RELATO DA ENTREVISTADA MARIA).

A fala da Joana também demonstrou a preocupação em ser uma mulher “correta”, e o que mais chamou atenção foi quando ela disse que não conseguia nem respirar:

Eu só quero o meu direito de ser livre de novo. Não sair por aí fazendo coisas erradas, mas poder ter o direito de ir e vir sem ninguém... eu quero o principal para mim, o básico: que eu me sinta, assim, uma pessoa, um Ser humano... eu quero viver agora, entendeu? Eu quero respirar, parece que até isso tiram da gente. Não sabe como é bom, às vezes, a gente “pegar”, sair na rua, sentar num lugar... É outro mundo, parece que a gente viveu numa cadeia, entendeu? (RELATO DA ENTREVISTADA JOANA).

A violência sexual, citada por Hirigoyen (2006) como “não rara” na fase das brigas, também ficou exemplificada nos depoimentos de duas entrevistadas. Esta definição é exemplificada no trecho que segue abaixo:

Ele começou a dizer que eu deixei a minha filha de propósito lá na minha mãe, que eu tinha ido “para o” motel com outra pessoa; e daí ele me tirou minha roupa à força e olhou, e eu, no desespero, chorando, né? Ele não me batia, mas dava uns

murros, assim, me forçando, né? Me olhou e fez sexo à força, que eu não queria (RELATO DA ENTREVISTADA MARTA).

Em relação à terceira fase, a do pedido de desculpa, o que se percebeu foi o fato de as mulheres desculparem seus parceiros inúmeras vezes, relevarem traições, agressões verbais, físicas, patrimoniais e sexuais. Isso ocorria porque, segundo as entrevistadas, havia a esperança de uma mudança comportamental.

Sabia, aceitava, via que ele fazia as coisas erradas, via que ele perturbava, mas ficava quieta. Tinha as minhas coisas, [...] me satisfazia aquilo (RELATO DA ENTREVISTADA SILVIA).

O que me manteve no casamento era a esperança de que um dia as coisas iam mudar; que ele ia ser o marido que eu queria; que ele ia ser uma pessoa mais calma... isso me segurou bastante, sabe? A família... Mas o mais importante era a esperança de ele mudar (RELATO DA ENTREVISTADA MARTA).

As entrevistadas tiveram a fase da reconciliação, a última etapa do ciclo, mas elas não descreveram um comportamento diferenciado. As mulheres ficaram nesse “ciclo de violência” e permaneceram com seus agressores por inúmeros fatores, dentre eles o fato do nível de tolerância ter aumentado (HIRIGOYEN, 2006), ou a esperança de que o agressor mude (BARNETT, 2000), ou devido à baixa autoestima.

4.3 Memórias do Serviço prestado pelo Centro de referência

A mulher, em situação de violência pode recorrer a uma delegacia especializada de atendimento à mulher (DEAM) ou ir a um centro de referência. Nesses locais, é possível a fala de sua situação de vulnerabilidade, de violência, reconstruir os fatos, rememorar a violência sofrida, evocar suas memórias de dor. Dessa forma, é possível transformar a dor, reinventar, reconstruir ou ressignificar a sua identidade, e não apenas

relatar fatos, segundo Pollak (1989). O importante é reconstruir os fatos, não para reativar o seu sentido, mas, sim, para esvaziá-los da sua nocividade moral (GARAPON, 2004).

[...] a oportunidade de ressignificar os acontecimentos de sua vida. Dores e alegrias, uma vez processadas, abrem espaço para novos projetos. O longo ciclo do silêncio é interrompido e transformado em possibilidade de uma vida mais plena (DINIZ e PONDAAG, 2006, p. 234).

Assim sendo, as mulheres em situação de violência poderiam voltar a uma vida sem agressões “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (POLLAK, 1989, p. 11). Com a reconstrução da memória de suas dores, por meio da narração, essas mulheres têm a possibilidade de deixar de serem vistas como objetos e podem passar a ser sujeitos de suas histórias, superando os medos e se reconstruindo, (POLLAK, 1989).

Para Ballone, Ortolani e Moura (2008), muitas dessas mulheres em situação de violência têm origem em famílias as quais a violência fazia parte do cotidiano. Dito de outra forma, é como se elas tivessem que repetir essas situações em suas relações. De forma inconsciente, isso faz com que elas, ao escolherem um parceiro, acabem por escolher homens mais agressivos, pois esse comportamento é visto como proteção.

Todas as mulheres entrevistadas narraram situações de violência presenciadas em suas famílias. Este fato pode ser destacado no depoimento de Maria: “Meu pai agredia muito a minha mãe, sempre, sempre, mas depois que ele ficou doente, ele ficou um cachorrinho: minha mãe tinha que cuidar dele” (RELATO DA ENTREVISTADA MARIA). Esta situação remete à questão da memória individual e coletiva de cada mulher. As memórias e experiências de vida podem influenciar, muitas vezes de maneira inconsciente, no modo como se relacionam na sociedade. Nesse caso específico, ao escolherem um companheiro ou como

se relacionam com ele. A violência intergeracional está presente tanto em homens como em mulheres que tendem a reproduzir a relação que vivenciaram; tendem a reproduzir a história de violência que sofreram ou presenciaram (GOMES, DINIZ, ARAÚJO, COELHO, 2007).

Tomaszewski (2004) assevera que os filhos de casais que vivenciam o problema da violência em casa adquirem, com o passar dos anos, o mesmo comportamento, pois passam a acreditar que esse é o único modo de resolver seus conflitos, contribuindo, dessa forma, para a perpetuação da violência. As mulheres, portanto, tendem a enxergar o relacionamento afetivo e a violência como parceiros que andam juntos, não conseguindo desassociar um do outro. Logo, procuram parceiros violentos, perpetuando, assim, a violência.

Tinha dificuldades financeiras, meu pai bebia também, era 500 vezes mais violento do que ele. Na verdade, ele não é assim, “tãaaaao” violento. Sim, com meu pai, aquele era violento mesmo (RELATO DA ENTREVISTADA SILVIA).

Ballone, Ortolani e Moura (2008) também chama atenção para o modelo de educação dado às filhas, destacando o fato de muitas terem tido uma educação que reforça a desigualdade de gênero. É importante ressaltar que essas mulheres foram formadas para serem frágeis, dependentes, sem iniciativa própria, sem amor próprio e que precisam ser protegidas permanentemente. Essa situação se enquadra perfeitamente na TGPPG, citada anteriormente. Em outras palavras, foi passada uma ideia, de geração em geração, de que a mulher é inferior ao homem, sensível, frágil e que precisa de proteção. Tudo isso é assimilado pelas meninas de tal forma que, quando adultas, continuam achando que isso é correto, que é natural do “ser mulher” e, por isso, quando estão em situação de violência, passam por dificuldades em resistir e romper com o ciclo.

A busca do apoio junto à rede de atendimento, em especial dos Centros de Referência, oportuniza um novo empoderamento,

fortalecimento, e ressignificação da identidade, já que a violência contra as mulheres provoca “profundas feridas físicas e psíquicas de diferentes ordens, em especial, a fragilização identitária” (SCAFFO E FARIAS, 2012, p. 7). Logo, para acontecer uma transformação social, “é importante reconhecer que as pessoas, individualmente, não conseguem resolver os problemas sociais por si mesmas, e necessitam de apoio social, assim como acesso e habilidade para usar os recursos disponíveis” (STREY, 2002, p. 26). Ainda que a memória social possa ser uma das fontes da promoção e continuidade da violência contra as mulheres, o que importa é que as mulheres encontrem políticas públicas que as auxiliem no encorajamento, para romperem com o ciclo da violência em que se encontram.

Grossi (1994) menciona que os maus tratos do homem, em relação à sua esposa ou companheira como uma forma de opressão e poder, não excluem a possibilidade de resistência. Faz-se necessário destacar que relações de subordinação/dominação são diferentes de relações de poder. Grossi e Aguinly (2001) lembram que, em uma relação de subordinação, o subordinado já internalizou o diferencial de poder e não mais o desafia. Na relação de dominação, inexistente a possibilidade de resistência, “uma vez que a dominação é caracterizada por relações de poder fixas e assimétricas” (GROSSI e AGUINSLY, 2001, p. 31).

Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual se pode exercer uma violência infinita e ilimitada, aí não haveria relações de poder. É preciso então para se exercer uma relação de poder, que exista sempre dos dois lados uma certa forma de liberdade... Isto quer dizer que nas relações de poder existe forçosamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de ardil, de estratégias que invertam a situação – não existiriam relações de poder (FOUCAULT, 1994, p. 720).

O que Foucault (1994) mostra, no trecho acima, constitui-se no fato de que, quando as pessoas não exercem conscientemente a sua liberdade, não existe a relação de poder. Para que não haja a opressão, elas deveriam tomar consciência do potencial da sua liberdade. Só assim seriam capazes de fazer escolhas dentro da relação de poder. O que ocorre é que, em muitas relações, as pessoas (no caso, as mulheres), não enxergam que têm poder, e consideram difícil lutar contra seus agressores.

Contudo, há relações onde às mulheres possuem essa consciência e, conforme os ensinamentos de Foucault (1981) são devido ao poder circular. Portanto, é pelo fato de o poder não ser fixo que as mulheres “puderam resistir e ocasionar transformações em suas situações específicas ao longo dos tempos” (STREY, 2002, p.26), pois “poder”, para Foucault (1981), é algo que se exercita mais do que é possuído.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, [...]. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são alvos inerte ou consentido de poder, são sempre centros de transmissão (FOUCAULT, 1981, p. 183).

Grossi e Aguinly (2001) ressaltam a importância de Foucault para as mulheres em situação de violência, quando se refere às “práticas de liberdade”, que seriam novas atitudes e comportamentos. As autoras Grossi e Aguinly (2001, p. 31) indicam ainda, que essas mulheres, mesmo oprimidas e sujeitas a práticas discriminatórias, “são ainda capazes de resistir aos constrangimentos sociais que as cercam”. Essa capacidade de resistência fica demonstrada no depoimento da Joana, uma das entrevistadas, considerada a mais oprimida:

Ele “pegava”, saía, e não me dizia aonde ia, né? Como sempre foi a mania dele; ele dizia quando queria... Quando eu cheguei

em casa, ele já “tava”, ele queria saber onde eu tava. Eu disse assim: “oh, vem cá, tu não me diz onde tu tá, por que que eu vou te dizer? Ele “pegou”, me deu um empurrão, me largou, assim, sentada no... E me ameaçando [...] Vem cá, por quanto tu pagou por mim pra tu achar que é meu dono, pra achar que eu não posso? (RELATO DA ENTREVISTADA JOANA).

As autoras afirmam que a resistência está ligada a alguns fatores, como “posição social, consciência política, redes de apoio como também, à raça da mulher, etnia, habilidades, idade, história famílias, valores culturais, acesso à informação e contexto sociopolítico” (GROSSI E AGUINSLY, 2001, p. 32). Portanto, a rede de apoio, e, por conseguinte os Centros de Referência são importantes nos processos de resistência e de rompimento com a violência que as mulheres sofrem, uma vez que podem auxiliar de formas distintas a romper com a violência. Dentre elas, destacam-se aqui: fazer com que as mulheres enxerguem e compreendam a construção social que criaram, auxiliar na criação de possibilidades de transformação da vida que levam, e ajudar “a redefinir suas experiências e, assim, possivelmente, a ganharem algum grau de fortalecimento” (GROSSI e AGUINSLY, 2001, p. 38).

O CRM foi, e tem sido uma importante ajuda à Joana na reestruturação de sua vida, como, por exemplo, com o auxílio na procura de uma creche para a filha, v. Essa ação vai possibilitá-la ter tempo para procurar um emprego e trabalhar.

Sim, digamos assim: “aqui é um...” A Greice, a psicóloga, assistente social, ela me deu muita atenção, sabe? Me ajudou até com uma cesta básica, que a gente... foi uma mão na roda. Nós “estava” precisando... Porque “tava” difícil pra mim e pra ele. “Tã” me ajudando para “vê” se consegue a creche pra minha filha (RELATO DA ENTREVISTADA JOANA).

Constatou-se, nas entrevistas com as mulheres usuárias do CRM, que elas foram capazes de resistir à violência de várias formas: ameaçando abandonar o seu agressor, tomando iniciativas para se tornarem independentes financeiramente, negando-se a fazer sexo, revidando as agressões, abandonando o lar, chamando a polícia e registrando ocorrência policial.

Então, eu disse para ele: “se tu continuar assim, eu vou me separar”, e ele, me respeitou [...] eu até fazia pressão, dizia que se quem trabalhasse fora era vagabunda, tua mãe e tuas irmãs também são (RELATO DA ENTREVISTADA MARTA).

Segundo Cunha (2007), a maioria das mulheres que sofrem violência não é passiva, usam estratégias para sua segurança e de seus filhos e isso pode ser o “*modus vivendi*”, ou a acomodação ao meio social conforme Pollak (1989). Talvez a tolerância seja reflexo, como aponta Hirigoyen (2006), do ciclo da violência, dos inúmeros pedidos de desculpas, e da esperança que elas têm de um casamento sem violência. Rangel (2001) justifica que as mulheres reagem de forma pacífica ou ativa, seja no momento da agressão ou a *posteriori*, mas reagem, e isso ficou demonstrado nos depoimentos acima. Cunha (2007) ainda elencou algumas respostas, como por exemplo: a dependência econômica; a pressão familiar; a pretensa segurança que um homem em casa “traria”; e, por fim, a autora traz as permutas, tem também a de evitar a solidão.

Apesar de uma pesquisa do DataSenado (2013) demonstrar que 66% das entrevistadas se sentem mais protegidas, após a sanção da Lei Maria da Penha, as mulheres mostraram que têm desconfiança em relação aos sistemas de proteção e de segurança. Ou seja, não confiam e não acreditam que a lei possa realmente as ajudar e, principalmente, protegê-las de novas agressões.

Nas observações de campo, presenciaram-se as técnicas atendendo as usuárias vindas da DEAM com o boletim de ocorrência em mãos, onde constava o pedido de medida protetiva, porém sem narrar

efetivamente à violência sofrida, o que praticamente torna impossível o deferimento de tal solicitação. Fatos como esse e outros podem e muitas vezes geram a desconfiança, a descrença dessas mulheres no sistema destinado ao atendimento e à sua proteção, pois elas vão à delegacia registrar a violência que sofreram e, lá, não encontram o respaldo, o bom trabalho, e o respeito que necessitam, como retrata a fala da Marta, usuária do CRM: “Fui humilhada pelos policiais quando disseram: ‘tu aqui de novo?’”

Na delegacia da mulher me orientaram pra vir aqui, porque lá não era o caso de eu ir, porque não tinha lesões, né? Pois... Não tinha lesão, então é preciso quase morrer, pra daí ter busca e apreensão, aquele negócio todo. Por isso, eu digo: “tem que ter prevenção” (RELATO DA ENTREVISTADA MARTA).

A existência da Lei Maria da Penha, sua divulgação na mídia, e as campanhas realizadas contra a violência às mulheres auxiliaram e ainda auxiliam as mulheres nessa situação de procurar auxílio e denunciar seus agressores (SPM, 2014). Entretanto, isso não tem sido suficiente: a maioria das usuárias do Centro e todas as entrevistadas para a pesquisa conhecem a Lei Maria da Penha e chegaram ao CRM por indicação da DEAM, com exceção de uma, que foi por meio do equipamento Mulheres da Paz. Contudo, elas demonstraram total falta de descrédito no sistema, como ficou claro na fala que segue:

Porque se tiver que acontecer, vai acontecer com ele ou sem ele, porque ele vai me procurar, ele vai me fazer em qualquer lugar, é o que a gente vê na televisão, a gente vê, não adianta. Não adianta, é certo, é fato, fosse assim. Olha “trocentas” mulheres que “tão” matando ai, com 410 medidas de segurança, 410 registro na polícia, Maria da Penha não sei aonde. Os caras “tão” matando igual (RELATO DA ENTREVISTADA SILVIA).

Da mesma forma, outro fato que gera a perda do crédito no sistema configura-se no fato de que muitas medidas protetivas são descumpridas por parte dos agressores. Karam (2006) evidencia ser um equívoco pensar que a LMP irá acabar com a violência contra as mulheres ou com a discriminação:

Certamente, o enfrentamento da violência de gênero, a superação dos resquícios patriarcais, no fim desta ou de qualquer outra forma de discriminação, não se darão através da sempre enganosa, dolorosa e danosa intervenção do sistema penal, como equivocadamente creem mulheres e homens que aplaudem o maior rigor penal introduzido em legislações como a nova Lei Brasileira nº 11.340/2006 ou sua inspiradora espanhola Lei Orgânica 1/2004 (KARAM, 2006, p. 6)

Os números dessa violência, que são demonstrados, por exemplo, na pesquisa feita pelo Datafolha (2017) e encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança, chamada “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” revelou que uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência no último ano. Em relação às agressões físicas, o número é assustador: 503 mulheres brasileiras são vítimas a cada hora. Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), no Brasil, a taxa de feminicídios no Brasil é a quinta maior no mundo (ONU, 2016).

Segundo a publicação do Coletivo Feminino Plural (2013), o que também contribui para essa sensação de insegurança é o déficit no judiciário, que tem causado uma lacuna na responsabilização dos agressores. Tal fator colabora com essa sensação de descrédito e, ao mesmo tempo, reforça padrões de comportamento de impunidade. A publicação ainda mostra que é “urgente aproximar os tempos da denúncia feita pelas mulheres com a justiça esperada por elas” (COLETIVO FEMININO PLURAL, 2013, p. 35). Gomes e Bianchini (2006) falam que o sistema penal brasileiro é moroso, e que, muitas vezes, não respeita a dignidade da pessoa:

Trata-se de um sistema que não escuta realmente as pessoas, que não registra tudo que elas falam, que usa e abusa de frases estereotipadas (“o depoente nada mais disse nem lhe foi perguntado” etc.), que só foca o acontecimento narrado no processo, que não permite o diálogo entre os protagonistas do delito (agressor e agredido), que rouba o conflito da vítima (que tem pouca participação no processo), que não a vê em sua singularidade, vitimizand-a pela segunda vez, que canaliza sua energia exclusivamente para a punição, que se caracteriza pela burocracia e morosidade, que é discriminatória e impessoal, que é exageradamente estigmatizante, que não respeita (muitas vezes) a dignidade das pessoas, que proporciona durante as audiências espetáculos degradantes, que gera pressões insuportáveis contra a mulher (vítima de violência doméstica) nas vésperas da audiência criminal etc. Tudo quanto acaba de ser descrito nos autoriza concluir que dificilmente se consegue, no modelo clássico de Justiça penal, condenar o marido agressor. E quando ocorre, não é incomum alcançar a prescrição (GOMES E BIANCHINI, 2006).

Conforme a pesquisa do DataSenado, 2013, 80% das mulheres entrevistadas demonstraram consciência de que as leis, por si só, não são capazes de resolver o problema da violência doméstica e familiar. A Lei Maria da Penha é importante na atual luta das mulheres por igualdade, mas não é suficiente. É necessário que haja profissionais mais bem qualificados para atender essas mulheres e de uma rede de atendimento integrada, que estabeleça comunicação, entre si, com o intuito de auxiliar as mulheres que a ela recorrem.

Se as leis e instituições não estão atuando de forma a minimizar as práticas delituosas cometidas pelos homens contra as mulheres, não é tão somente por uma questão da não existência de mecanismos, mas da forma de operacionalização que implica

um conflito de valores, fruto de um paradigma que está sendo problematizado socialmente (SILVA, s.a., p. 9).

Dessa maneira, o que se pode depreender do ensinamento de Karam (2006), citado acima, consiste no fato de que a Lei 11.340/06 apenas penaliza o agente. Todavia, não consegue impedir a prática das agressões, que, na maioria dos casos, ficam abandonadas em meio à cultura sexista em que vivem. Em vista disso, não será somente por meio de leis que se eliminará a violência de gênero, pelo fato de que ela está calcada nas bases estruturais da sociedade. Para tanto, concorrem os padrões culturais de gênero, o racismo e as discriminações de diversas ordens que permeiam o ambiente sociocultural; é necessário desnaturalizarmos a violência.

Considerações finais

Nessa pesquisa, foi adotado o conceito de gênero como uma construção social, baseada nos papéis que as mulheres e os homens assumem dentro da sociedade na qual vivem e as relações de poder entre eles. Seguiu-se, portanto, a posição de Scott (1990) de que gênero se trata de uma construção social e relacional de poder.

Com o auxílio de alguns autores – Halbwachs, Scaffo, Pollak, Grossi e Catroga – foi possível refletir sobre memória de dor das usuárias do Centro de Referência para Mulheres e constatou-se que essa memória é importante no processo de rompimento da violência que sofrem por parte de seus agressores. Uma vez que o fato de falar e tornar a falar, bem como de expor suas experiências, as auxilia a ressignificar esses fatos, pois “dores e alegrias uma vez processadas, abrem espaço para novos projetos” (DINIZ E PONDAAG, 2006, p. 234).

Os dados levantados pela pesquisa empírica coincidiram com a maioria das informações articuladas pela revisão teórica, como, por exemplo, a dificuldade de romper o ciclo da violência, já que apenas uma das quatro entrevistadas o rompeu pelas agressões sofridas, e, mesmo assim, só após várias agressões. Duas das entrevistadas sofreram, além das

agressões psicológicas, verbais, e físicas, também agressão sexual, o que vem ao encontro da teoria de Barnett (2000), pois assinala que, geralmente após a agressão física, ocorre a de cunho sexual. O que se pode concluir com base, no que as entrevistadas disseram de um modo geral, é que a esperança dos companheiros mudarem suas posturas é um dos principais motivos para essa dificuldade, juntamente com a desconfiança, a descrença no próprio sistema criado para protegê-las – polícia e judiciário.

Portanto, para que os casos de violência de gênero diminuam, é indispensável que se crie um novo olhar sobre o feminino, novos caminhos e, subsídios para essa população feminina. É necessário romper com o discurso que mantém as desigualdades entre os sexos, uma vez que esse discurso gera violência. Trata-se de um problema grave e de saúde pública, pois, segundo a OMS, a violência de gênero ocorre contra as mulheres em todos os ambientes e, principalmente, dentro de seus próprios lares, onde ela é agredida de várias maneiras que vão da violência psicológica, física, sexual e patrimonial, podendo chegar até a sua morte. Dessa forma, percebeu-se que há uma carência, em termos de quantidade e qualidade, de políticas públicas de prevenção à violência de gênero. Tal proposição vem ao encontro do pensamento de Da Mata (1978), que diz que as pessoas não se enxergam sozinhas: elas necessitam de outra pessoa para nos vermos e para nos ajudar a caminhar.

Referências

BALLONE, Geraldo José; ORTOLANI, Ida Vani; MOURA, Grégore – “Violência Doméstica: o sofrimento que atinge muitíssimas pessoas, independente do nível intelectual, social e econômico”. In. *PsiquWeb, Internet*, disponível em www.psiqweb.med.br, revisto em 2008. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=89>. Acesso em: 14 abr. 2014.

BARNETT, Jonathan O. W. *It Could Happen to Anyone: why battered women stay*. Califórnia, USA: Sage Publication, 2000.

BARROS, Maria Nilza F. de. “Violência contra a mulher: as marcas do ressentimento”. *PSI – Revista de Psicologia Social*, Londrina, v. 2, n. 2, dez. 2000.

BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *SPM, 2016*, p. 13. <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>. Acesso em 16 mar. 2014.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria de Transparência – *DataSenado, março de 2013*. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf. Acesso em: 09 set. 2013.

GOMES, Luiz Flávio; BIANCHINI, Alice. *Aspectos Criminais da Lei de Violência contra a Mulher*, 2006. Disponível em: http://ww3.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20060828151003538. Acesso em: 30 jul. 2014.

GOMES, Nadielene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; ARAÚJO, Anne Jacob de Souza; COELHO, Tamara Maria de Freitas. “Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração”. *Acta Paul Enferm* 2007; (504-8). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v20n4/19>. Acesso em: 25 abr. 2014.

GROSSI, Patrícia Krieger. *Rompendo o Silêncio: violência contra a mulher na esfera doméstica*. 1994. Dissertação (Mestrado, Serviço Social) – PUCRS, Porto Alegre.

_____. “Violência contra a mulher: implicações para os profissionais da saúde”. In: LOPES, Marta Julia Marque; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (orgs.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GROSSI, Patrícia Krieger; AGUINSKY, Beatriz Gershenson. “Por uma nova ótica e uma nova ética na abordagem da violência contra as mulheres nas relações conjugais”. In: *Violências e Gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C.. (Orgs.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

GROSSI, Miriam Pillar. “Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal”. In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam Pillar. *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

_____. “Identidade de gênero e sexualidade”. *Antropologia em primeira mão*. Florianópolis, p. 1-18, 1998. (versão revisada – 2010). Disponível em: www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/publicações.html. Acesso em: 29 out. 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 1992.

HIRIGOYEN, Marie-France. *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. “Entrevista narrativa”. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e Som: um manual prático* (p. 90-113). Petrópolis: Vozes, 2003.

KARAN, Maria Lúcia. “Violência de Gênero: O Paradoxal entusiasmo pelo rigor penal”. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v.14, n.168, nov. 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEYER, Dagmar Estermann; RIBEIRO, Cláudia; RIBEIRO Paulo Rennes Marçal “Gênero e Educação: teoria e política”. In: *Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

OMS, Organização Mundial de Saúde. *Informe Mundial sobre La Violência y La Salud*. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/abstract_es.pdf. Acesso em: 05 maio. 2014.

ONU, Organização das Nações Unidas. 2016. ONU: *Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>. Acesso em: 17.nov.2017.

ONU, Organização das Nações Unidas. *Violência contra a mulher é grave problema de saúde pública, alerta OPAS*. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/violencia-contra-a-mulher-e-grave-problema-de-saude-publica-alerta-opas/>. Acesso em: 23 nov.2017.

PÁDUA, Elisabete. M. M. de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 10ª ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2004.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. “Memória e identidade social”. Conferência transcrita e traduzida por Monique Augras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>. Acesso em: 30.out.2012.

RANGEL, Olívia. “Violência contra a mulher: as desavenças do vitimismo e as armadilhas da cumplicidade”. *Presença da Mulher*, São Paulo: União Brasileira de Mulheres e Editora e Livraria Anita, n. 39, set. 2001.

SCAFFO, Maria de Fátima. “Violência de gênero e memória social: investigando a complexidade destas relações”. In: FARIAS, Francisco Ramos (org.). *Apontamentos em memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

SCAFFO, Maria de Fátima; FARIAS, Francisco Ramos de. *Violência conjugal e as consequências para a sexualidade feminina: uma investigação à luz da memória social*. 2012. Disponível em: http://congresoulapsi2012.com/trabajos/1334291243_RESUMO%20EXPANDIDO%20Viol%C3%Aancia%20e%20sexualidade.pdf. Acesso em: 10 jun. 2013.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

SILVA, Edjane Esmerina Dias da. “Um estudo de Gênero e Identidade nas Ciências Sociais e Jurídicas”. *Academia Revista de Divulgação em Ciências Jurídicas e Contábeis*. Disponível em: <http://www.revistaacademia.ccjs.ufcg.edu.br/anais/artigo3.html>. Acesso em: 17 abr. 2017.

SOUSA FILHO, Alípio de. *Tudo é construído! Tudo é revogável! A teoria construcionista crítica nas ciências humanas*. São Paulo: Cortez, 2017.

SOUZA, Hugo Leonardo De; CASSAB, Latif Antônia. *Feridas que não se curam: A violência psicológica cometida à mulher pelo companheiro*, 2010. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/5.HugoLeonardo.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2017.

SORJ, Bila. “O Feminismo na Encruzilhada da Modernidade e Pós-modernidade”. In:

COSTA, Albertina O; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SPM, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Ministério da Justiça e Cidadania - *Ligue 180 Central de Atendimento à Mulher – Balanço anual de 2013, 2014*. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/noticias/2014/04/24-04-ligue-180-agora-e-disque-balanco-anual-mostra-que-subiu-para-70-percentual-de-municipios-atendidos>. Acesso em: 22.nov.2017.

SPM, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Ministério da Justiça e Cidadania - *Ligue 180 Central de Atendimento à Mulher – Balanço, 1º semestre de 2016*. Disponível em: http://www.spm.gov.br/balanco180_2016-3.pdf. Acesso em: 17.nov.2017.

STREY, Marlene Neves. “Aprendendo a Ser Inferior: As Hierarquias de Gênero”. In: *Gênero e Questões Culturais: a vida de mulheres e homens na cultura*. STREY, Marlene Neves; LYRA, Ângela Villachan; XIMENES, Lavínia de Melo e Silva (org). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

_____. “Gênero e Ciclos Vitais”. In: *Gênero e Ciclos Vitais: desafios, problematizações e perspectivas*. Org. Marlene Neves Strey [et al.]. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.

TELES, Maria Cunha de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher?* São Paulo. Brasiliense, 2002.

TOMASZEWSKI, Adauto de Almeida. *Separação, violência e danos morais*. São Paulo: Paulistanajur Ltda., 2004.